



O TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE PEDAGOGIA QUE ATUAM NA EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

Mykaella Soares de Jesus¹
Tatiane Cristina Maurício Emerick²
Shirleide Pereira da Silva Cruz³

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar o trabalho dos/as pedagogos/as em um contexto de pandemia. Partimos da seguinte situação-problema: quais os elementos constitutivos do trabalho dos/as pedagogos/as da rede pública do Distrito Federal em tempos de pandemia? Para responder a essa questão, elencamos três objetivos específicos, que são: i) identificar a instituição do/a pedagogo/a no ensino público do Distrito Federal; ii) conhecer as condições do trabalho do/a pedagogos/as em uma sociedade capitalista; e iii) Identificar as condições de trabalho dos/as pedagogos/as em tempos de pandemia. Para tanto, nosso estudo foi realizado a partir de uma abordagem qualitativa, em que aplicamos um questionário virtual como instrumento de coleta de dados e realizamos consulta documental. Para fundamentação teórica-conceitual, utilizamos uma pesquisa bibliográfica com autores que irão sustentar o corpus teórico, sendo eles: Marx (1989), Contreras (2012), Cruz (2017) e Oliveira (2020). Nesta investigação, inferimos, que a atuação do/a pedagogo/a da rede pública do DF, necessita ser estruturada sem as amarras de um sistema capitalista, em que os/as pedagogos/as do EEAA, de forma articulada com a categoria — em uma ação coletiva e intencional —, estabeleçam sua profissionalidade. Diante do contexto que nos propomos investigar, é possível concluir que emergiram categorias de responsabilização, intensificação, burocratização, proletarização e precarização dos profissionais da educação acarretadas pelo volume de trabalho burocrático e falta de investimento financeiro dos governantes para concretização das atividades remotas.

Palavras-chave: Educação, Pedagogo/a, Pandemia.

INTRODUÇÃO

A EEAA é uma equipe multidisciplinar constituída por profissionais formados em Pedagogia e em Psicologia que objetivam favorecer a superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes, atuando de forma institucional na unidade escolar. A EEAA faz parte de uma rede de apoio que possui uma configuração específica na rede pública do DF, os

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB). mykasoares11@gmail.com;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB). tatiemeerick@yahoo.com.br;

³ Professora orientadora: Doutora. Professora Adjunta da Universidade de Brasília no Departamento de Planejamento e Administração. shirleidesc@gmail.com;



Serviços Especializados de Apoio à Aprendizagem (SEAA), esses serviços são organizados da seguinte forma: a) Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, b) Orientação Educacional, c) Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos, os quais trabalham de forma vinculada, objetivando a inclusão por meio do acesso e permanência na escola, bem como a aprendizagem.

O presente artigo tem como objeto o trabalho dos/as pedagogos/as na rede pública do Distrito Federal, sobretudo os atuantes das Equipes Especializadas de Apoio à Aprendizagem (EEAA). No entanto, delimitamos as condições de trabalho do Pedagogos/as em tempos de pandemia e apresentamos, como justificativa, compreender como este trabalho está sendo desenvolvido em um contexto de aulas remotas nos espaços e tempos da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

A questão-problema que norteou este texto é: quais os elementos constitutivos do trabalho dos/as pedagogos/as da Rede Pública do Distrito Federal em tempos de pandemia? Para tanto, nosso objetivo geral é analisar o trabalho dos/as Pedagogos/as em um contexto de pandemia, e os objetivos específicos são: i) identificar a instituição do/a pedagogo/a no ensino público do Distrito Federal; ii) conhecer os elementos do trabalho do/a pedagogos/as em uma sociedade capitalista; e iii) Identificar as condições de trabalho dos/as Pedagogos/as em tempos de pandemia.

Este estudo foi organizado em três partes. Inicialmente, descreve a institucionalização do/a pedagogo/a que atua no Serviço de Apoio à Aprendizagem (SEAA). Na segunda parte, discute os elementos do trabalho do/a pedagogo/a submetido às relações do capital e suas marcas na profissionalidade, essas duas partes compõem o referencial teórico desse estudo. Finalmente, na terceira parte, aborda o trabalho do/a pedagogo/a em um contexto de pandemia, apresentando os resultados e discussões desse artigo.

METODOLOGIA

Para desenvolver o estudo, utilizamos a abordagem qualitativa pois, “considera a participação do sujeito como um dos elementos do seu fazer científico, apoia-se em técnicas e métodos que reuni características sui generis, que ressaltam sua implicação e da pessoa que fornece as informações” (Triviños, 2011, p.138). Como instrumento de coleta de dados, aplicamos um questionário pela plataforma *Google Forms*, com o termo de livre consentimento enviado aos partícipes dessa pesquisa.



Bem como, foram distribuídos vários questionários de modo virtual, através dos grupos de *WhatsApp*, dos profissionais que atuam na EEAA. O questionário foi constituído por cinco questões objetivas. A coleta de dados ocorreu durante o período de 21 a 29 de junho de 2021 e obtivemos 75 respondentes. Os participantes, selecionados por meio de adesão espontânea, eram servidores efetivos do quadro da SEEDF, ocupantes da função de Pedagogo/a das Equipes de Apoio à Aprendizagem de diferentes regiões administrativas⁴.

A análise dos resultados, que foi numa perspectiva crítica, permitiu acessar a realidade de 10 regionais de ensino⁵, sendo elas: Ceilândia, Gama, Guará, Taguatinga, Paranoá, Planaltina, Plano Piloto, Samambaia, São Sebastião e Sobradinho. O processo de análise dos dados obtidos bem como a tabulação foram realizados através do próprio dispositivo que o Google formulários fornece.

Para fundamentação teórica-conceitual, utilizamos uma pesquisa bibliográfica com autores que irão sustentar o corpus teórico, sendo eles: Marx (1989), Contreras (2012), Cruz (2017) e Oliveira (2020). Para além de uma fundamentação teórica, realizamos consulta documental pautada nas principais legislações referentes à EEAA, bem como os que amparam o ensino remoto no contexto da pandemia no campo de estudo escolhido.

REFERENCIAL TEÓRICO

A INSTITUIÇÃO DO/A PEDAGOGO/A QUE ATUA NA EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM

De acordo com a Carta Magna de 1988, em seu artigo 208, inciso III, toda pessoa com deficiência terá atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), lei nº.9394/96 (LDBEN, art.4, III), “o atendimento educacional especializado [*deve ser*] gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou

⁴ O DF é dividido em 33 regiões administrativas, cujos limites físicos definem a jurisdição da ação governamental para fins de descentralização administrativa e coordenação dos serviços públicos. Ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas tanto aos Estados quanto aos Municípios. Disponível em: <https://segov.df.gov.br/category/administracoes-regionais/> e Constituição Federal 1988, art. 32, §1º;

⁵ Para organizar a rede de ensino, a SEEDF possui 14 regionais de ensino. Cada uma reflete, nas localidades onde atua, o modelo administrativo da sede. Há regionais que englobam mais de uma região administrativa. Os coordenadores regionais são a linha de frente da casa junto às escolas e à comunidade escolar. Disponível em: <https://www.educacao.df.gov.br/coordenacoes-regionais-de-ensino;>



superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”. Essas legislações asseguram a educação inclusiva em todo o território nacional.

Nesse sentido, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) traz, em seu Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (2015, p.48), uma Equipe de Apoio ao Trabalho Pedagógico, sendo ela composta de: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem (EEAA), Orientação Educacional (OE) e Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos (AEE/SR). Com vistas a assegurar o direito público subjetivo — que é a Educação Básica, direitos de todos, dever do Estado e da família —, a SEEDF conta com o apoio da EEAA, que traz como objetivo principal a superação das dificuldades de aprendizagem dos/as alunos/as com diagnósticos ou não

Art. 123. A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional (REGIMENTO ESCOLAR DF, 2015, p. 50)

Algumas escolas do Distrito Federal contam com o apoio pedagógico da EEAA, realizado pelo/a Pedagogo/a e Psicólogo/a Escolar. O trabalho desses profissionais pauta-se em ações que ocorrem em tempos e espaços do contexto escolar; dentre elas podemos citar o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da gestão escolar e a assessoria ao processo de ensino-aprendizagem. As ações são desenvolvidas por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização de alunos/as e professores/as, a partir de práticas institucionais, preventivas e interventivas que visam à promoção e à consolidação de uma cultura de sucesso escolar.

A atuação dos/das profissionais da EEAA conta com pressupostos que objetivam uma prática crítico-reflexiva e consciente, a qual pode contribuir significativamente com o processo de mediação pedagógica entre alunos/as, professores/as e família, ou seja, na busca de novas possibilidades de aprendizagem, de forma equitativa e respeitando as diferenças.

Em 2010, foi elaborada a Orientação Pedagógica (OP), documento que resultou de discussões e avaliações da comunidade escolar do Distrito Federal (DF) e preconiza o atendimento das necessidades e das características individuais do/a aluno/a. A OP traz em seu bojo um pressuposto básico da educação especial com a acessibilidade do/a estudante com necessidades educacionais especiais à educação de qualidade, preferencialmente em ambientes

inclusivos, a fim de que seja beneficiado de oportunidades educacionais favorecedoras de sua formação, com ênfase em uma pedagogia inclusiva. (DISTRITO FEDERAL, 2010)

Até o presente momento não há um concurso específico para o cargo de pedagogo/a. Para a habilitação é necessário ser ocupante do cargo efetivo de professor/a de educação básica, habilitado em Atividades, com carga horária de quarenta horas semanais. Apenas após o estágio probatório o/a professor/a poderá realizar um processo seletivo interno denominado “Aptidão”, no qual realiza prova escrita e oral, para atuar na EEAA. De acordo com a OP o trabalho do/a pedagogo/a assume as seguintes dimensões:



Disponível em: <https://www.slideshare.net/anaihaeser/eeaa-apresentao-cei-012015>

Partimos da compreensão de que o/a Pedagogo/a da EEAA é um importante sujeito dentro do cenário educacional, com destaque para o contexto da SEEDF, que atua diretamente na superação das dificuldades de aprendizagem dos/as estudantes e formação de professores/as. Assim, o trabalho do/a pedagogo/a merece ser visto como resistência às políticas neoliberais que invadem as práticas atuais. Para isso, o seu trabalho precisa ser comprometido, crítico e consciente das transformações que podem operar na sociedade.

O TRABALHO DO/A PEDAGOGO/A SUBMETIDO ÀS RELAÇÕES DO CAPITAL

A profissionalidade do/a pedagogo/a na rede pública do Distrito Federal tem se constituído através das demandas de uma sociedade capitalista e com políticas de cunho neoliberal, as quais emergem categorias de intensificação, individualização, precarização do



trabalho. Desse modo, existe uma ambiguidade no termo profissionalidade. Para compreensão do referido termo, partimos dos estudos de Cruz (2017), que explica o conceito de profissionalidade, sendo “um conjunto de elementos elaborados e articulados pelo professor na relação entre objetividade e subjetividade que são compartilhadas entre pares com o intuito de buscar uma identidade social para a profissão” (CRUZ, 2017, p. 58).

Nesse sentido, o/a pedagogo/a da EEAA, na materialidade do seu trabalho, é constituído por marcas objetivas e subjetivas, que vão constituindo sua profissionalidade. Por conseguinte, por meio do trabalho como categoria ontológica, compreendemos a dialética entre o trabalho e a profissão docente sob o contexto do capital. Isso porque o trabalho constitui o indivíduo como um princípio ontológico, sendo, dessa forma, o criador dos homens. Esse trabalho, segundo Engels (2013, p. 13), “é a condição básica e fundamental de toda vida humana”.

Na ótica de Marx (1989), o trabalho se torna uma atividade intencional, que se constitui conscientemente, historicamente e na atividade humana. Ou seja, trata-se de uma atividade com objetivação, no qual o indivíduo cria e transforma o objeto. Esse trabalho possui um reconhecimento e humanidade; é possível um auto reconhecimento quando sua execução e resultados são observados; é possível verificar a historicidade que inicia a vida e que cria o trabalho, “atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza” (MARX, 1989, p. 202).

Com base nesses pressupostos, buscamos compreender o trabalho do/a pedagogo/a em políticas neoliberais⁶, que inferem em sua profissionalidade. Segundo Contreras (2012), faz-se necessário uma discussão sobre as contradições encontradas no termo profissionalidade. De acordo com o referido autor, “falar de profissionalidade significa, nessa perspectiva, não só desempenhar o papel de ensinar, mas expressar valores e pretensões que se deseja alcançar e desenvolver nesta profissão” (CONTRERAS, 2012, p. 82).

Entretanto, a profissionalidade do/a pedagogo/a, organizada nas bases políticas e ideológicas do capital, faz com que o trabalhador perca o sentido de classe. De acordo com Apple (1995, p. 32), “os professores estão situados numa classe” de organizações sindicais. No entanto, buscam, de forma individualizada, especializações para responder às demandas do mercado competitivo. Por conta disso, os/as pedagogos/as estão imersos no sistema capitalista vigente e inseridos em processos de exploração e modificações no seu trabalho. Nesse contexto,

⁶ O neoliberalismo é um movimento ideológico e econômico que, dentre outras ideias, crê que o Estado não deve interferir (ou interferir minimamente) na economia, retomando a ideia do liberalismo clássico de livre mercado. Para o Estado, o neoliberalismo também propõe sua diminuição (Estado-mínimo), influenciando nas reformas administrativas, buscando tornar os serviços públicos mais eficientes e baratos, e, quando possível, privatizá-los. (FREITAS, 2018).



tornam-se fragmentados e padronizados, além de não conseguirem verificar seu trabalho como um todo, se tornando proletarizados.

Um outro princípio alinhado ao meio de produção capitalista na profissionalidade do/a pedagogo/a tem sido a precarização e a intensificação do trabalho. Hypólito (2011) salienta que basta acompanhar os planos de carreira, formas de contratação e as condições de trabalho das últimas décadas. Vale ressaltar a significativa defasagem salarial que os/as pedagogos/as possuem em relação aos demais cargos de nível superior do serviço público do Distrito Federal. Além das condições de trabalho, que são as menos desejáveis: infraestrutura inadequada, falta de equipamentos, alto número de alunos/as para se fazer o atendimento, demandas estritamente burocráticas, dentre outros.

A profissionalidade do/a pedagogo/a da rede pública do Distrito Federal, necessita ser estruturada para a superação de um sistema capitalista, em que os/as pedagogos/as do EEAA, de forma articulada com a categoria — em uma ação coletiva e intencional —, estabeleçam sua profissionalidade. Segundo Cruz (2017), a profissionalidade deve ser analisada “como produto e processo de relações históricas, sociais e culturais, marcadas pela concepção do homem, educação e sociedade que se desenvolveram ao longo dos tempos, agregando nesse contexto a vivência particular dos sujeitos” (CRUZ, 2017, p. 26). Com isso, deve-se resistir às demandas do capital através do trabalho, como uma ação humana transformadora e emancipadora.

Desse modo, buscamos pistas na próxima subseção de como tem sido as condições de trabalho dos/as pedagogos/as em face da pandemia do Covid-19, através das contradições estabelecidas nessa sociedade com o modo de produção capitalista. Buscando marcas da profissionalidade em meio a este contexto desafiador.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO/A PEDAGOGO/A: APONTAMENTOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA

O ano de 2020 foi marcado pela pandemia mundial da COVID-19, caracterizada pelo distanciamento social e pelas novas formas de organização em diversos setores da sociedade. No Distrito Federal, com a suspensão das atividades escolares presenciais em 12 de março de 2020, evidenciou-se ainda mais as desigualdades dos/as alunos/as da rede pública de ensino. As condições desse alunado eram complexas e heterogêneas, e o grande desafio para a rede era “não deixar nenhum aluno para trás”, por mais difícil que fosse essa realidade.



Assim, tivemos uma reorganização no modo de viver e estudar, mudando toda a organização social. Diante da imprevisibilidade de um retorno presencial, o Conselho Nacional de Educação (CNE) emitiu o parecer CNE CP nº. 05/2020, que trata da reestruturação do calendário escolar nas modalidades de ensino/aprendizagem. Com essa ação, normatizou-se o cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da pandemia da COVID-19.

Dentro desse contexto, as escolas públicas do DF e seus profissionais trabalharam com dois segmentos: uma escola para os/as alunos/as que tinham acesso aos meios digitais (com acesso à Plataforma “Escola em Casa”) e uma escola para os/as alunos/as que não tinham acesso, através do material impresso. Nessa seara, todos os segmentos de ensino foram reorganizados, bem como o trabalho dos/as pedagogos/as do EEAA.

Em busca da compreensão do trabalho do/a pedagogo/a em tempos de pandemia, realizamos uma pesquisa qualitativa, de forma *on-line*, através de um questionário contendo cinco perguntas, efetuadas por meio da plataforma *Google Forms*, o qual está explicitado na seção acerca da metodologia.

Após a coleta dos dados, emergiram algumas categorias sobre o trabalho do/a pedagogo/a da EEAA, a saber: i) responsabilização; ii) intensificação; iii) burocratização e iv) proletarização e v) precarização. Segundo Oliveira (2020), a realidade apresentada no contexto de pandemia de forma remota “revelou um conjunto de situações desconhecidas (ou ignoradas) até então, que interfere consideravelmente na organização do trabalho pedagógico e que exige novas e diferentes condições de trabalho” (OLIVEIRA, 2020, p. 34).

Considerando a amostra dos resultados obtidos no primeiro questionamento, em que indagamos sobre as condições físicas para concretude do trabalho, 86,3% dos entrevistados afirmaram possuir internet banda larga e 3% utilizam os dados móveis do celular. Quanto aos instrumentos, 80,1% possuem computador, *tablet* e/ou *notebooks*, enquanto 4,5% usam o celular, pois não possuem nenhum outro equipamento. Já em relação ao espaço adequado em suas residências para realização das atividades remotas, 54% afirmaram ter um local adequado e 46% improvisam um espaço em casa. Por fim, 72% alegam terem investido alguma quantia para adequar as atividades em tempos remotos. Vale ressaltar que a rede pública do DF não contou com qualquer benefício para custear os gastos obtidos durante esse período.

A nova forma de produção à distância exigiu dos/as pedagogos/as formações a respeito do uso das novas tecnologias no atendimento *on-line*. As formações foram disponibilizadas pela SEEDF também de maneira remota (cursos e palestras), e 21% dos respondentes afirmam que foram suficientes para desenvolver suas atividades; no entanto, 50% responderam que tiveram



que fazer outros cursos (além dos ofertados pela rede) fora da rede e 26% alegam que esses cursos foram insuficientes. Para Oliveira (2020):

A dificuldade em lidar com ferramentas digitais e a ausência de formação específica para a utilização de tecnologias para o ensino remoto podem acarretar um aumento do tempo de trabalho para a realização das aulas, o que resulta em aumento das horas dedicadas ao trabalho, portanto, em sobrecarga. (OLIVEIRA, 2020, p. 35)

Essa situação tem sido fonte de intensificação do trabalho do/a pedagogo/a, revelando a falta de preparo para as novas tecnologias impostas pelo período pandêmico e que fizeram que os/as pedagogos/as buscassem formações fora do seu horário de trabalho, pois as formações ofertadas pela Secretaria de Educação foram de maneira aligeiradas e insuficientes, não atendendo às especificidades do trabalho e as diferentes realidades da comunidade escolar do Distrito Federal, conforme apresentamos na primeira subseção.

Ao indagarmos a respeito da intensificação e burocratização, para o preenchimento de documentos nesse contexto de trabalho remoto, os entrevistados apresentaram os seguintes resultados: 70,8% constatam o aumento do tempo e burocratização do seu trabalho e, 10,8% compreendem que está da mesma forma que o trabalho desenvolvido no modo presencial, o que infere-se que, com o trabalho remoto, os/as pedagogos/as obtiveram um aumento na carga horária de serviço e levaram mais tempo para conseguir responder e preencher fichas e documentos exigidos pelas SEEDF. Segundo Contreras (2012) “A forma em que o Estado desenvolve seus processos de racionalização está em relação direta com o aumento das formas burocráticas de controle sobre o trabalhador e suas tarefas” (CONTRERAS, 2012, p. 41).

Outro ponto levantado foi se a plataforma disponibilizada pela SEEDF (*Escola em Casa DF*); era suficiente para desenvolver o trabalho, bem como se garantiria a aprendizagem dos/as estudantes. Em resposta, 67% disseram que não e 32% disseram que sim.

De acordo com a reportagem do G1⁷, de 15 de abril de 2021, o Distrito Federal mantém o maior índice do país de famílias conectadas, mas, apesar do que é retratado na reportagem, ainda há cerca de 57 mil famílias *offline*, o que significa dizer que os profissionais de educação tiveram que se reinventar para tentar levar a todos o acesso à educação.

Acerca dos meios que os/as pedagogos/as utilizavam para contactar a comunidade escolar, foram eles: *WhatsApp* (98,5%); ligações telefônicas (95,4%), material impresso (49,2%), videoconferência via *Google Meet*, *Zoom*, *Skype*, *Microsoft Teams* (95,4%) e visita

⁷ Acesso em: 20/06/2021 [Acesso à internet no DF salta de 71% para 92% da população em oito anos; Brasília mantém maior índice do país | Distrito Federal | G1 \(globo.com\)](https://g1.globo.com/brasil/noticia/2021/04/15/brasil-mantem-maior-indice-do-pais-distrito-federal-g1.globo.com);



presencial (33,8%). Como os próprios dados revelam, os/as pedagogos/as das EEAA tiveram que utilizar vários meios de comunicação ao mesmo tempo, a depender da realidade dos/as estudantes, ou seja, para realizar um atendimento ou um projeto, teve que desdobrar-se em diferentes atividades (com recursos próprios), tendo em vista que cada estudante tinha uma realidade diferente a ser atendida.

Dessa forma, inferimos que as políticas neoliberais, com propostas políticas que visam o Estado-mínimo e, também, juntamente com o contexto pandêmico, trouxeram aspectos de responsabilização e individualização aos/as pedagogos/as pela aquisição de materiais para concretude do seu trabalho, revelando a intensificação e proletarização desse trabalho. De acordo com Contreras (2012) existem duas formas de proletarização: “a *técnica*, segundo a qual se produz uma perda de controle sobre as formas de realização do trabalho, sobre as decisões técnicas acerca do mesmo; e a *ideológica*, relacionada com a perda de controle sobre os fins e os propósitos sociais aos quais o trabalho se dirige” (CONTRERAS, 2012, p. 47). Segundo os resultados da pesquisa, apreendemos ainda que os/as pedagogos/as estão inseridos nas duas formas de proletarização.

O último questionamento que gostaríamos de elencar foi que 69,7% dos/as pedagogos/as tiveram que realizar algum tipo de investimento para conseguir adequar o seu trabalho à nova realidade imposta pela pandemia. Entre os investimentos citados estão a contratação de banda larga, adequação da estrutura física de casa, compra de computadores, escrivaninha, mesa, cadeiras, dentre outros materiais.

O aumento de trabalho do/o pedagogo/a, sinalizado neste estudo e também nas pesquisas de Oliveira (2020), reforçam as condições de trabalho que este profissional vem sendo submetido nesta sociedade com o modo de produção capitalista. As categorias responsabilização, intensificação, burocratização, proletarização e precarização, foram evidenciadas com mais ênfase nesse contexto pandêmico. Deixando marcas externadas na profissionalidade do/o pedagogo/a, que buscam novas formas de se constituir mediante a realidade posta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo objetivou analisar o trabalho dos/as pedagogos/as em contexto de pandêmico, identificando os elementos que constituem esse trabalho, quais as imposições e consequências do modo de produção capitalista determinam a esses profissionais e, ainda, as



condições de trabalho que os/as pedagogos/as enfrentaram nesse contexto tão peculiar enfrentado durante período de suspensão das aulas presenciais.

Conhecemos alguns elementos da profissionalidade do/a pedagogo/a em uma sociedade capitalista, que apresenta marcas das políticas neoliberais que inferem na profissionalidade do/a ocupante do EEAA. Por sua vez, a profissionalidade deve ser constituída considerando a objetividade e a subjetividade de seus pares e planejada de forma coletiva, além de ponderar a historicidade do/a pedagogo/a, suas vivências sociais e culturais que os instituem de forma emancipatória.

Diante do contexto que nos propomos investigar, é possível concluir que emergiram categorias de responsabilização, intensificação, burocratização, proletarização e precarização dos profissionais da educação, os/as pedagogos/as, acarretadas pelo volume de trabalho burocrático e falta de investimento financeiro dos governantes para concretização das atividades remotas. Ademais, as formações aligeiradas foram insuficientes para a realização da nova configuração de trabalho imposta, além de a ampliação do trabalho no contexto remoto com uma demanda de carga horária superior à estabelecida em lei. Acrescente-se a tudo isso a utilização de vários meios de comunicação para acessar a comunidade escolar, demonstrando insuficiência aos recursos adotados pela SEEDF.

Por fim, inferimos que as experiências vivenciadas no contexto de trabalho remoto deixarão marcas na constituição da profissionalidade do/a pedagogo/a do EEAA. A realidade enfrentada no ensino remoto foi totalmente diferenciada, exigindo uma nova configuração da organização do trabalho pedagógico e das condições de trabalho enfrentadas. Ou seja, tornando-se ainda mais precarizado e intensificado nesse modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael. Trabalho docente e textos: economia política de classe e gênero em educação. Porto Alegre: **Artes médicas**, 1995. p. 31 a 80

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Brasília, jun 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 24 jun.2021.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, jun 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>. Acesso em: 24 jun.2021.



BRASIL. **Orientação Pedagógica do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem**. Brasília: GDF, 2010

BRASIL. **Parecer CNE CP nº 05/2020**. – Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília: MEC, 2020. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 24 jun. 2021

CONTRERAS, J. A autonomia dos professores. Trad. Sandra Tabucco Valenzuela. São Paulo: **Cortez**, 2012.

CRUZ, Shirleide Pereira da Silva. Professor polivalente: profissionalidade docente em análise. Curitiba: **Appris**, 2017.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.) A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. 2 ed. São Paulo: **Expressão popular**, 2013. Volume I (p. 13-30).

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do DF. **Regimento Interno da SEEDF**. 6º Ed. Brasília, 2015.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação** (Rio Claro. Online), v. 21, 2011.

MARX, Karl. O processo de trabalho ou o processo de produção de valores de uso. In: O Capital. (Vol. I, Parte III: A produção de mais valia absoluta, Cap. V: Processo de trabalho e processo de produção mais valia). Tradução de: Reginaldo Sant'ana. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**. 12 ed. 1989. (p. 201 -210). e 31ed. 2016

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, [S. l.], n. 127, p. 27-40, 2020. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i127p27-40. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/180037>. Acesso em: 25 jun. 2021

TRIVIÑOS, A. N. S. (2011) **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo**. (1a. ed.). São Paulo: **Altas**.